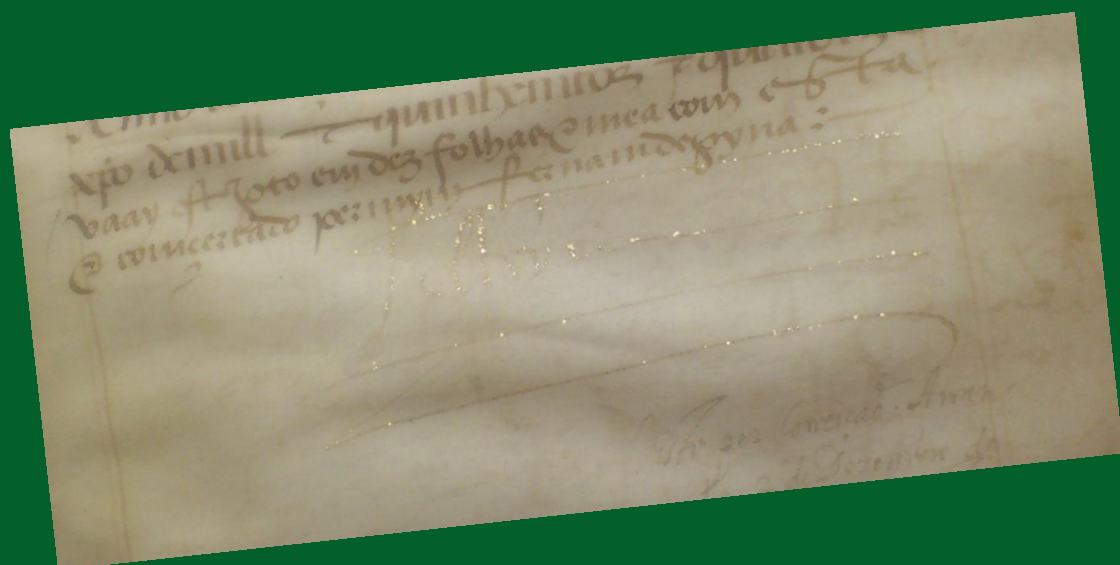




# FRAGMENTA HISTORICA 2

REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



## FICHA TÉCNICA

### **Título**

*Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática*

### **ISSN**

1647-6344

### **Editor**

Centro de Estudos Históricos

(financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia)

### **Director**

João José Alves Dias

### **Conselho Editorial**

João Costa: Licenciado em História pela FCSH/NOVA. Mestre em História Medieval pela FCSH/NOVA. Doutorando em História Medieval na FCSH/NOVA

José Jorge Gonçalves: Licenciado em História pela FCSH-NOVA. Mestre em História Moderna pela FCSH/NOVA. Doutor em História Moderna pela FCSH/NOVA

Pedro Pinto: Licenciado em História pela FCSH/NOVA

### **Conselho Científico**

Fernando Augusto de Figueiredo (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Gerhard Sailler (Diplomatische Akademie Wien)

Helga Maria Jüsten (CEH-NOVA)

Helmut Siepmann (U. Köln)

Iria Vicente Gonçalves (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João José Alves Dias (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Jorge Pereira de Sampaio (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

José Jorge Gonçalves (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Julián Martín Abad (Biblioteca Nacional de España)

Maria Ângela Godinho Vieira Rocha Beirante (CEH-NOVA)

Maria de Fátima Mendes Vieira Botão Salvador (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

### **Design Gráfico**

João Carlos Timóteo

### **Índices**

João Costa

### **Imagem de capa**

Assinatura régia autógrafa de D. Manuel I, Foral de Vouga, Lisboa, [Colecção Particular], 1514.03.18.



## SUMÁRIO

**Imagem da capa: A assinatura régia: a tinta-ouro escreve o Rei, p. 7**

João Alves Dias

## ESTUDOS

**Algumas Achegas sobre o Material Tipográfico da Oficina de Germão Galharde e de sua Viúva (1519-1565), p. 11**

Helga Jüsten

**Património, Casa e Patrocínio: Uma Aproximação ao Senhorio do Infante D. Fernando (1530-1534), p. 39**

Hélder Carvalhal

## MONUMENTA HISTORICA

Carlos Silva Moura, João Costa, José Jorge Gonçalves, Nunziatella Alessandrini, Pedro Pinto, Roger Lee de Jesus, Tiago Machado de Castro

**Escambo de uma casa na Rua das Alcáçovas em Évora por uma vinha em Xarrama (1307), p. 69**

**Venda de um quarto de casas junto à Alcáçova de Évora (1312), p. 71**

**Treslado em pública-forma de um contrato de aforamento de um pardieiro na cidade de Évora feito por João César e Constança Vasques a Domingos Bueiro e Constança Eanes (1322|1376), p. 73**

**Pública-forma de carta régia de D. Afonso IV sobre o cumprimento de uma verba do testamento de D. Dinis (1336), p. 77**

**Testamento de Vasco Afonso, morador em Évora (1346), p. 81**

LISBOA

2014

**Emprazamento de pardieiro em Évora a Mestre João, físico de Córdoba (1374), p. 85**

**Instrumento de tomada de posse de Estêvão Vasques de Góis da Quintã de Pedra Alçada, Monsaraz (1375), p. 87**

**Instrumento público de partilha dos bens de João Tomé (1383), p. 91**

**Partilha de herança de Nicolau Joanes, de Évora (1385), p. 95**

**Aforamento de vinhas no Calhariz (Lisboa, 1390), p. 97**

**Venda de herdade em Redondo (1397), p. 99**

**Encampação de vinha no Calhariz de Lisboa a João Eanes, pedreiro e mestre das obras do concelho (1405), p. 101**

**Encampação de pardieiro no Redondo pertencente a Leonor Gonçalves da Silveira (1414), p. 105**

**Venda de uma herdade em Évora-Monte (1423), p. 107**

**Sentença de D. Afonso V num pleito entre o Cabido da Igreja de Santa Maria de Guimarães e Fernão Vasques da Cunha (1438), p. 109**

**Inventário de todos os bens móveis e de raiz pertencentes à igreja de Nossa Senhora, matriz da vila de Góis (1552), p. 117**

**Certidão da artilharia das fortalezas do Estado da Índia (1553), p. 129**

**Tombo de capelas instituídas na vila de Castelo Branco e seu termo (s.d.), p. 139**

**Testamento de Bartolomeu Ginori, homem de negócios em Lisboa e provedor da irmandade da igreja de Nossa Senhora do Loreto de Lisboa (1723), p. 151**

**Relação do Forte Real de S. Filipe na Ilha de Santiago, Cabo Verde (1750), p. 159**

## **ÍNDICES**

**Índice cronológico dos documentos publicados neste número, p. 174**

**Índice antroponímico e toponímico deste número, p. 175**

## EDITORIAL

Por vezes os *milagres* acontecem! Por isso podem ser classificadas de *milagres* as surpresas extraordinárias e agradáveis que a vida vai proporcionando, depois de se perderem as esperanças. Como pode um texto impresso revelar-se como inédito se já era édito desde que fora publicado? Existem muitos preconceitos na História. Alguns historiadores defendem que só os documentos manuscritos e que ainda se conservam inéditos podem revelar factos inteiramente desconhecidos ao Homem hodierno. Entendem que o manuscrito revela uma comunicação pessoal (que nem sempre é escrita para um destinatário – caso de um diário) e por isso até uma simples carta enviada a outro, embora passe a ser propriedade do destinatário, não pode ser divulgada sem autorização do signatário, nem o seu autor (a quem pertence a *propriedade intelectual*) a pode divulgar sem a autorização do destinatário.

Todo o interessado conhece a *estória de muy noble Vespasiano emperador de Roma* (um dos raros livros impressos em Lisboa no ano de 1496) e as vicissitudes por que a edição passou por, aparentemente, só ter sobrevivido um exemplar e mesmo esse se encontrar incompleto, dado lhe faltarem os primeiros três fólhos. O texto e a história são conhecidos a partir de outras fontes. O que se tinha como desconhecido, e por isso inédito, eram as gravuras que acompanhavam os dois primeiros capítulos e possivelmente a portada. Na época todos os interessados as viram mas depressa passaram para o mundo do desconhecimento.

Uma investigadora do Centro de Estudos Históricos olhou *com um outro olhar* – para um outro livro, também não inédito *Cronica llamada el triumpho de los nueve preciados da la fama* (Lisboa, Germão Galharde, 1530) – e viu o que os outros até então não tinham identificado: uma das gravuras perdidas (e que se julgavam desconhecidas para sempre) daquelas duas ou três que faltavam na obra impressa mais de três décadas antes. Parafraseando Lavoisier: *nada se perde tudo se transforma!*

O outro milagre é a continuação da *Fragmenta Historica*. O Conselho Editorial recebeu vários artigos mas nem de todos foi possível fazer a edição. Recorde-se que *Fragmenta Historica* não é apenas mais uma revista de divulgação de trabalhos de História. Como diz o Editorial do primeiro número: *a sua base para os seus estudos é (e procuraremos que seja sempre a constante do futuro) o documento: puro, duro, sólido e concreto*. Os textos em língua estrangeira encontram-se limitados a investigadores para quem a língua portuguesa não seja a sua língua materna e oficial e, mesmo esses, têm forçosamente de ter como base o documento. Depois disso, todos os artigos são sujeitos a arbitragem científica externa – e isto é uma injustiça para com os três jovens que constituem o Conselho Editorial pois, eticamente, encontram-se impedidos de escrever artigos para uma revista onde seriam eles próprios a escolher a equipa da arbitragem. Assim, a sua colaboração, como a do Diretor da Revista, está *limitada* à divulgação de documentos, ao editorial, à escolha do documento que ilustre a capa e à sua explicação e, tarefa difícil mas fundamental e importante: a elaboração de um índice analítico. Mas são uma equipa que sabe conjugar Fraternidade, porque acreditam na História e no Homem.

João Alves Dias



## IMAGEM DA CAPA

A assinatura régia: a tinta-ouro escreve o Rei

João José Alves Dias

Quase tudo já foi dito, redito e glosado (por vezes com erros grosseiros) quando se fala e escreve sobre a reforma dos forais que Fernão de Pina coordenou e produziu seguindo as diretivas dos reis a que serviu: D. João II e D. Manuel.

Analisada a documentação que sustentava a cobrança dos direitos reais<sup>1</sup> em cada unidade administrativa<sup>2</sup> independente<sup>3</sup>, Fernão de Pina propunha uma redação final de tudo quanto tinha sido apurado e – após a concordância do Chanceler Rui Boto – produziam-se dois documentos<sup>4</sup> que eram

---

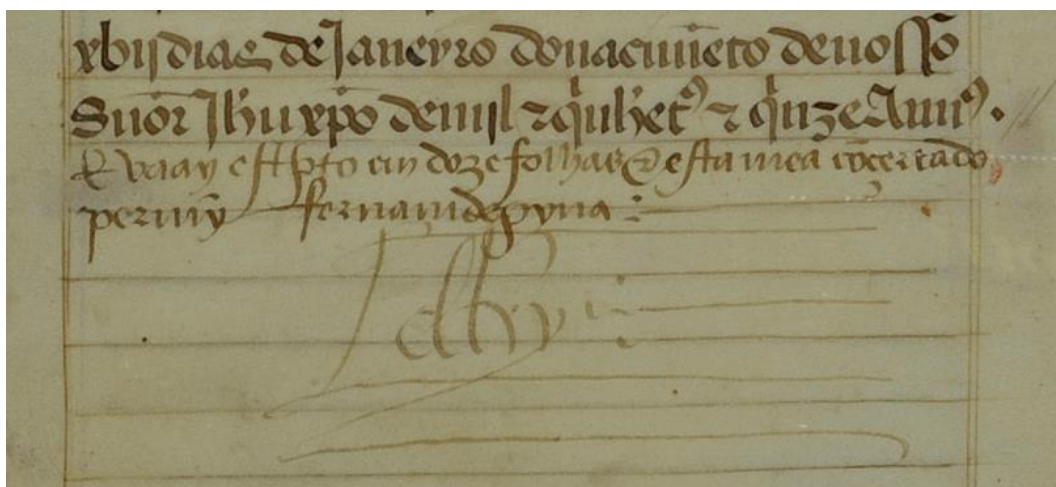
<sup>1</sup> A documentação tinha origem diferenciada: nuns casos, os forais dados até ao século XIV (alguns hoje desconhecidos); em outros, os foros – usos e costumes – estabelecidos e aceites pelo município (que por vezes se foram modificando e que nem sempre subsistiram); noutros, ainda, a documentação base foi produzida com a realização de inquéritos, de sentenças, de tombo e de contratos notariais produzidos entre os vizinhos de cada núcleo administrativo.

<sup>2</sup> As delimitações das unidades administrativas poderiam variar, embora em escala diminuta, e ter ou não independência territorial (separando-se, juntando-se ou autonomizando-se) em função das diferentes jurisdições: fiscais, administrativas, judiciais e até senhoriais. Os mapas não se sobrepõem conforme muitas vezes se tem dito, escrito e representado – tenha-se como exemplo a *terra* do Ribatejo no termo de Palmela (João José Alves Dias, *O Foral de Aldeia Galega de 1514*, Montijo, Câmara Municipal, 2014). Lembrem-se as variações registadas no preâmbulo (*protocolo*) da documentação aquando do endereço (*inscriptio*) na documentação (com origem diferente) enviada a uma mesma unidade administrativa.

<sup>3</sup> Em função das diferentes Contadorias do Reino, porque era de direitos fiscais que se tratava. Por isso existirem “concelhos”, “vilas” ou outras unidades (com diferentes designações) que aparentemente não foram contemplados com forais. Luís Fernando de Carvalho Dias, no fim de cada um dos cinco volumes que publicou com o registo – ou memória – que a Torre do Tombo guardou da produção dos forais, chama a atenção para os “concelhos” existentes entre 1527-1532, que não têm o seu foral registado (o que não quer dizer que em um ou outro caso não tenha existido e que, por razões que hoje nos escapam ainda, tão somente não tivesse sido copiado no registo). Na maioria das vezes, a administração dos Direitos Reais – recorde-se mais uma vez que é disso que tratam os forais quinhentistas – dessas unidades, que aparentemente escaparam, não se colocava por terem espaços «em comum» com outra, ou outras, unidades territoriais.

<sup>4</sup> Ao contrário, também, do que se tem dito e redito – e ao arrepio do que a documentação aparentemente possa induzir – não foram produzidos três forais idênticos (de um mesmo teor e aparência). Foram, sim, feitos, no máximo, três

apresentados na Chancelaria Régia que os selava, validava e ao mesmo tempo fazia com que recebessem o sinal régio de autenticação<sup>5</sup>. Só depois desta confirmação régia é que Fernão de Pina autografava o auto de encerramento do foral. Antes esse auto ficava em aberto porque caso houvesse emendas ou acrescentos de última hora estes poderiam ser adicionados, mesmo depois da data. Se o Rei não tivesse deixado em branco um espaço suficiente para as duas ou três linhas do autógrafo de encerramento, Fernão de Pina não se coibia de o escrever no lugar certo mesmo que com isso tivesse de escrever e de assinar sobre a assinatura régia (recorde-se, entre muitos casos, o do foral assinado a 15.1.1515 para as vilas de Alcochete e Aldeia Galega).

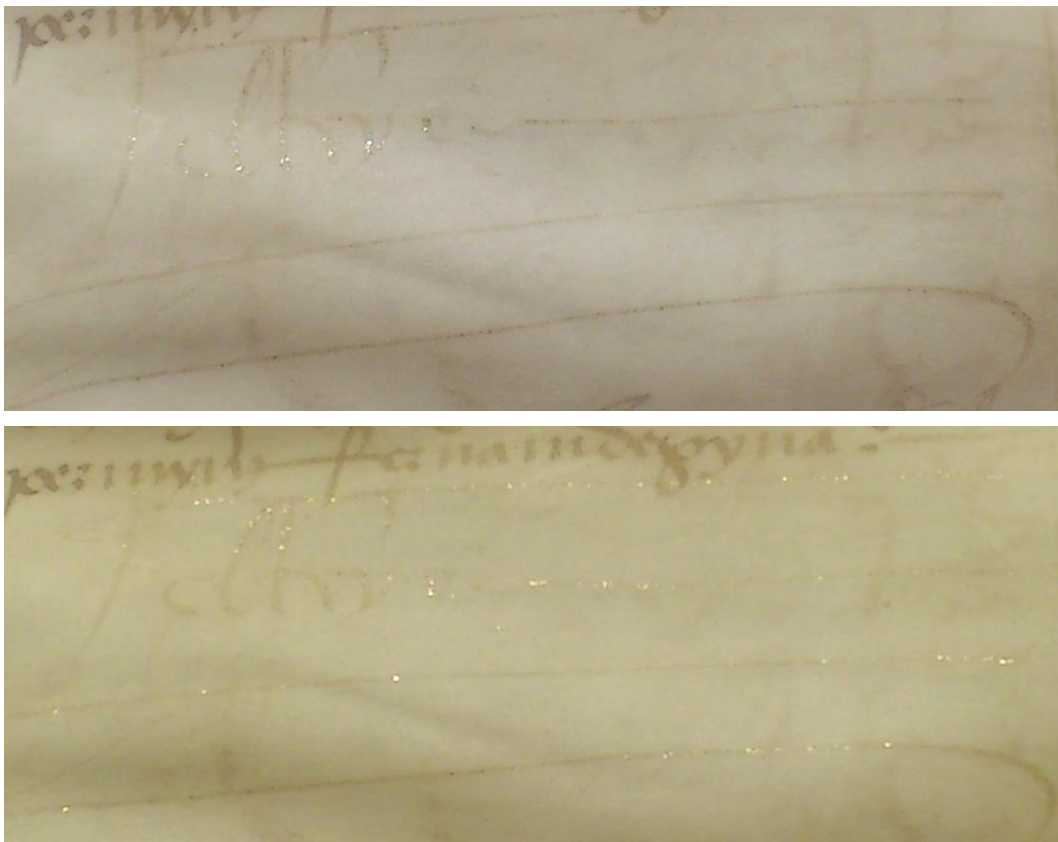


Um dia, olhando num ângulo em que se via a luz solar rasante à assinatura régia que autenticava um foral, reparámos que a assinatura produzia reflexos desse mesmo raio, “ganhando” luz. Testado com mais uns quantos, foi com alegria que confirmámos que pelo menos os originais dos forais produzidos nos anos de catorze e quinze do século de quinhentos apresentavam todos – desde que não tivessem sido mal restaurados – os mesmos reflexos. O ouro tinha sido a substância metálica usada – na produção da tinta com que o monarca assinava – para dar à goma a fluidez e consistência necessárias.

---

documentos, ou melhor três versões ou formas do foral: uma, para a unidade administrativa; outra, para o senhor dos direitos reais (donatário); e uma terceira, que ficava na Coroa, como sede da administração central nos seus vários ramos (no caso presente a Fazenda e Contadoria) destinada à resolução de conflitos. Mas, no que respeita às unidades administrativas em que os direitos reais fossem exclusivamente régios só se produziam duas formas dessa documentação, uma para o «concelho» e outra para a Coroa. Mas (e existe sempre mais um mas, quer na História, quer nas *estórias*), em qualquer dos casos, a forma física do foral (aparência final e diplomática) que ficava para a Coroa não era idêntica à que era entregue à administração local e ao donatário; e, por vezes, poderia ainda haver diferenças, no que ao seu programa decorativo diz respeito, entre o foral do donatário e o da unidade administrativa. Existem, ainda, formas aparentes de forais coletivos, comuns a várias unidades administrativas, que apenas o foram na forma do donatário e coroa e que foram individualizados quando entregues ao local a que respeitavam. [Estamos, em conjunto com Pedro Pinto, a organizar um volume com toda a diplomática dos forais].

<sup>5</sup> Face à doutrina exposta na nota anterior, muitas vezes, só existiu, de um mesmo foral, um exemplar completo dotado de assinatura régia.



**A mesma assinatura régia com diferentes ângulos de incidência de raio solar.**

A assinatura – sinal régio – que acompanha os forais originais é um autógrafo escrito pelo monarca, com uma tinta composta de ouro... A escrita apresenta-se-nos clara, como se de um fio de ouro se tratasse e, por isso, pouco se realça no pergaminho hoje amarelecido pelo consumo do tempo. Mas ao Sol o ouro ainda reluz!

#### **Fontes**

Foral de Alcochete e de Aldeia Galega do Ribatejo, 1515, Lisboa, Janeiro, 17 (Alcochete, Museu Municipal de Alcochete, Pergaminho 319).

Foral de Vouga, 1514, Lisboa, Março, 18 (Lisboa, [Coleção Particular]).



# TESTAMENTO DE BARTOLOMEU GINORI, HOMEM DE NEGÓCIOS EM LISBOA E PROVEDOR DA IRMANDADE DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO LORETO DE LISBOA (1723)

Transcrição de Nunziatella Alessandrini

CHAM – FCSH/NOVA-UAç

## Resumo

1723, Lisboa, Novembro, 24-25

Declarações de natureza testamentária de Bartolomeo Ginori, homem de negócios em Lisboa, e Provedor da Irmandade da Igreja de Nossa Senhora do Loreto de Lisboa.

## Abstract

Statement of a testamentary nature made by Bartolomeu Ginori, businessman in Lisbon and Purveyor of the Brotherhood of the Church of Our Lady of Loreto in Lisbon.

Lisboa, Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto de Lisboa, Caixa IX, Doc. 8



## Testamento di Bartolomeo Ginori

Nelle hũas declarações de Dinheiros que deixarão em poder dos Passos e hũa demanda contra o Fisco de Evora em poder do *Procurador* Diogo Francisco Loureiro, pertencentes a João Francisco Ginori, Socio e devedor nas Companhias de Barduche, e estes devedores a Jgreja Com impedimento para se não entregarem a Ginori, sem que a Jgreja fosse paga.

Nota<sup>210</sup>

Este testamento e Codicillo foram feitos a 24 e 25 de Novembro de 1723, e o seo fim é declarar as dividas e os Creditos do seu auctor, e segurar as dividas que elle e seos socios João Francisco Ginori, seo irmão, e Alberto Barducci, Homens de negocio em Lisboa deviam á Jgreja do Loreto, por onde aquelles não poderiam levantar dinheiro nenhum de seos bens sem liquidarem e pagarem tudo a dita Jgreja / [fól.2]

Jn Nomine Domini Amen Saibão quantos este Instrumento publico de Declaração Virem em como no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de Mil setteCentos e Vinte Trez, aos Vinte e quatro dias do mes de Nouembro, nas pousadas da habitação do *senhor* Bartolameo Ginori solteiro e natural da cidade de Florencia á Biqua Pequena àonde <chamão> Terreirinho de Santo Antonio Freguesia Santa Catharina do Monte Sinay desta Cidade de Lixboa Occidental aonde eu publico Nottario Apostolico Infrascripto foi chamado pello ditto *Senhor* Bartolameo Ginori que se acha enfermo de cama, o qual em presenca de Bernardo Francisco Leitão Ferreira<sup>211</sup> Parocho da Jgreja de Nossa Senhora do Loreto Disse estando em seu juizo perfeito que elle ditto *Senhor* Bartolameo Ginori achando sse enfermo sacramentado, e não sabendo o que Deos Nosso Senhor disporia da sua Vida, queria, e era sua ultima Vontade fazer por este publico Instrumento algumas declarações do que queria se disposesse de seus Bens se Nosso Senhor fosse seruido chama llo à sy, às quais declarações não são por modo de testamento, nem Codicilio, mas quer que sejam Valiosas, as quais Declarações, deixa por este publico Instrumento encarregadas aos S*Senhores* Paulo Hieronimo de Medicis e Esteuão Oliuieri ambos de nação florentina, e homens de negocio nesta Cidade de Lixboa Occidental, para que por sua bondade e Caridade, as queirão aceitar e dar á sua deuida execução, as quais Declarações, e appontamentos são do theor seguinte

Jtem declarou o ditto Bartolameo Ginori que elle tem humas Contas largas com o *Senhor* Senador Nicolao Ginori, *Senhor* João Francisco Ginori, seus Jrmãos moradores em Florencia, e tambem

---

<sup>209</sup> Os critérios de transcrição adoptados são os da Universidade Nova de Lisboa, sugeridos em João José Alves Dias et al., *Álbum de Paleografia*, Lisboa, Estampa, 1987

<sup>210</sup> De outra mão.

<sup>211</sup> Riscado: "Disse".



com os filhos do *Senhor Dom* Lourenço Ginori já deffunto os quais viuem em Florencia, das quais Contas lhes remetteu Conta Corrente athe o anno de Mil setteCentos e dezasette segundo sua lembrança, e já lhe ficauão por ellas Deuedores de boa porção de dinheiro, e desde então athe o presente tem feito largas despesas nesta cidade de Lixboa nas dependencias / [fól. 2v.º] que nella tem os dittos *Senhores* nomeados, e à que elle declarante nomeado assiste, à Conta das quais declara que tem cobrado athe o presente a quantia de quatro Contos de reis com pouca differencia, dos quais quatro Contos de reis pertencem em particular Dous Contos de reis com pouca diferença ao *Senhor* João Francisco Ginori seu Jrmão e porque à Companhia do ditto *Senhor* João Francisco Ginori e Alberto Barducci quando tinham Casa de negocio nesta Cidade de Lixboa ficou deuedora de partida mui Considerauel à Igreja de Nossa Senhora do Loretto da nação Italiana da mesma Cidade, não tem o ditto *Senhor* João Francisco Ginori seu Jrmão que esperar nada na ditta quantia de Dous Contos de reis por se achar elle Deuedor na mesma Companhia da refferida somma à qual se hà de contrapor à sobredita Diuida liquidando sse às contas.

Item declarou que os outros Dous Contos de reis com pouca differença pertencem tambem à mesma Companhia do ditto *Senhor* Ginori, e Barducci, e que elle Declarante os Cobrara de hum Pleito que Vençeo da quantia de quatorze mil Cruzados, que corria com a *Santa* Inquisição desta Cidade, digo da Cidade de Euora, pello sequestro que esta fez nos bens de Manoel da Sena Soares homem de nação que sahio penitenciado nella, o qual era Deuedor à ditta Companhia e ainda falta que cobrar o resto, E do ditto Dinheiro já cobrado acima declarado abatidos os gastos que elle Declarante tem feito nesta Cidade, que constarão das suas Contas que tem dado áthe o anno de Mil setteCentos e Dezasette, por resto que ficar liquido se há de pagar tambem á ditta Igreja de Nossa Senhora do Loreto à Conta do que à ditta Companhia dos dittos *Senhores* João Francisco Ginori e Alberto Barducci ficou deuendo à ditta Igreja do Loreto.

Item Declarou que tambem Corre hum pleito entre os dittos Nicolao, e João Francisco Ginori digo entre os Herdeiros do *Senhor* Lourenço Ginori já deffunto e Nicolao Ginori Autores de huma parte, e da outra, Joseph Monteiro de Sousa / [fól. 3] Almoxarife do Paço da Madeira da quantia de quatorze mil, e tantos cruzados pouco mais, ou menos do qual pleito tiuerão os dittos Autores sentença à seu fauor, à qual foi Confirmada em cima na Rellação, e o ditto Reo veyo com embargos a ella à Chancellaria os quais embargos estão à final, e se não tem cobrado cousa alguma, e em se cobrando a ditta quantia abatidos os gastos que elle tem feito áthe o presente, o que ficar liquido se há de partir entre os dittos Entereados.

Item Declarou que elle *Senhor* Bartolameo Ginori há *Senhor* e legitimo Pussuidor de huma quinta no Distritto de Seuilha em lugar que se chama *São* João de Alfarache.

Item Declara que elle ditto *Senhor* Bartolameo Ginori hé Deuedor à Joseph Cagecernega morador na cidade de Aguilar do Campo em Castilha á Velha, e não sabe quanto seja à quantia da Diuida, mas que constará das Contas que estão em Seuilha com todos os papeis na mão de João Luís Paganelli homem de negocio da ditta Cidade.

Item Declarou ser Deuedor elle Declarante à *Dona* Joanna Hieronima Tosco Viua, de quinhentas Patacas moeda de Hespanha de que lhe pagou os juros á seis por Cento, e esta paga delles athe o mes de Abril futuro do anno que Vem de Mil setteCentos e Vinte quatro.

Item Declara que tambem hé Deuedor à *Dona* Joanna Tosco Religiosa Hieronima, na mesma cidade de Seuilha aonde tambem hé moradora sua Jrmaã *Dona* Joanna Hieronima Tosco, da quantia de Dous mil Ducados moeda de Espanha de Vilhon, dos quais lhe paga juros de sinco por Cento, e está paga delles athe o fim do presente anno de Mil setteCentos e Vinte Tres, e declara que desta parçella não fez escripto, ou obrigação alguma à ditta Religiosa

Item declara que elle *Senhor* Bartolameo Ginori hé Deuedor / [fól. 3v.º] à Companhia de Cambij, e Spinelli que accabou em Madrid de Certa quantia de que ao presente se não lembra e que



para segurança e satisfação della, tem elle Declarante parte huma Perola grande de Vinte dous quilates na mão de Bernardo Recagno morador em Cadiz, à disposição dos dittos auredores, consistindo este Credito em huma fiança que elle Declarante fez por hum fulano de Santa Columna que se foi para as Indias de Espanha

Item Declarou que hé tambem Deuedor de quatro mil Patacas moeda de Espanha ao [sic] SSenhores Francisco, e Beneditto Tempi e Marques Folco Renuccini, Marques Francisco Ricardi, todos moradores na Cidade de Florencia, e que elle Declarante negociara em Seuilha com Cabedal dos sobreditos de que proçeedo esta Diuida, e porque houue perdas nos dittos negocios depois de ajustadas as Contas para recolher os effeitos não sabe se esta Diuida he totalmente Certa e os papeis que o podem declarar estão em Seuilha na mão de João Luis Paganelli, e faz esta Declaração com esta duuida por descargo da sua Consciencia por não ter podido athe àgora passar à Seuilha à liquidar as dittas Contas

Item Declarou que na mesma Cidade de Seuilha tem mais <tres> contas a saber com Maria Van Kessel natural de Amberes, e com Hieronymo Balthezar Rabasquero morador em Cadiz, e outra pessoa que lhe não lembra, as quais Contas constarão dos seus liuros, e papeis que tem em Seuilha na mão do ditto João Luis Paganelli

Item Declarou, e quer elle Declarante que se Deos Nosso Senhor dispuser alguma cousa delle que a ditta quinta que tem no Distritto da Cidade de Seuilha no sitio de São João de Alfarche se Venda para satisfação das suas Diuidas

Item Declarou que elle Declarante tem dado à guardar na mão do *Senhor* Manoel Domingues do Paço homem de negocio morador nesta Cidade de Lixboa no Terreirinho de *Santo* Antonio na Biqua Freguesia de *Santa* Catharina de Monte Sinay huma porção de dinheiro que constará de huma lembrança que elle Declarante tem em seu poder, e à quanthia que se achar por ella, serà para pagar tambem as Diuidas delle Declarante / [fól. 4]

Item Declara que a Jgreja de Nossa Senhora do Loreto da nação Italiana nesta Cidade de Lixboa Occidental hè Deuedora à elle Declarante de huma porção de dinheiro que por agora lhe não lembra, à qual constará dos seus papeis que elle Declarante, e que esta conthia, como quer que Alberto Barducci seja interessado nos dous Contos de reis com pouca differença que elle Declarante tem cobrado da Santa Inquisição de Euora, e seja tambem Deuedor à ditta Jgreja de Nossa Senhora do Loreto, alcançando ella sentença contra elle, à ditta quanthia se há de pagar à mesma Jgreja, por Conta que o ditto Barducci digo ditto Alberto Barducci lhe deuer, e feitas as dittas Declarações disse elle Declarante que por hora lhe não lembrava mais nada, que declarar em descargo de sua Consciencia, e que ratificava o que áqui tem declarado, e pedio à mim Publico Nottario Apostolico Infraescripto, que lhe tomasse estas declarações, e fizesse dellas este Publico Instrumento em modo que faça fee em Juizo, e fora delle, o que com effeito eu Publico Nottario Apostolico fiz, estando presente o ditto *Reuerendo* Bernardo Francisco Leitão Ferreira Parocho da Jgreja de Nossa Senhora do Loreto da nação Italiana que com o ditto *Senhor* Bartolameo Ginori Declarante ambos assignarão aqui comigo, sendo Testemunhas presentes o *Reuerendo* Padre Antonio de Alpoim, da Congregação do Oratorio desta Cidade de Lixboa, e seu Companheiro o Jrmão Bernardo da Costa, e eu Lourenço Maria Granara Publico Nottario Apostolico dos approuados na firma do sagrado Concilio Tridentino, e do Ordinario nesta Corte e Cidade de Lixboa Occidental e Oriental que assignei de meus signaes publico e raso de que uso, para que á este publico Instrumento se lhe dé inteira fee e Credito em Juizo, e fora delle, e tambem assignarão comigo as dittas Testemunhas acima nomeadas, eu Lourenço Maria / [fól. 4v.º] Granara o fiz, escreui, sobescreui, e o assignei.

[sinal]

a) Lourenço Maria Granara publico Nottario Apostolico

a) Bartolomeu Ginori

a) O Reuerendo Francisco Leitão Ferreira Paroco Capellão mor do Loreto

a) Como testemunha Antonio de Alpoim

a) per testemunha Bernardo Da Costa

Aos Vinte e sinco Dias do mes de Nouembro do ditto anno de Mil setteCentos e Vinte Tres na ditta morada do *Senhor* Bartolomeo Ginori, estando elle em seu perfeito Juizo, fui eu publico Nottario Apostolico, e o *Reuerendo* Bernardo Francisco Leitão Ferreira Cura da Igreja de Nossa senhora do Loreto chamados outra vez pello ditto *Senhor* Bartolameo Ginori, o qual disse que alem das declarações acima, lhe tinha occorrido fazer outras mais, de que queria lhe fizesse este publico Instrumento para terem Validade, as quais são as seguintes

Item Declarou elle *Senhor* Bartolameo Ginori que sem embargo de ter declarado acima, que tinha cobrado quatro Contos de reis dos quais pertencião em particular Dous Contos de reis com pouca differença a seu Jrmão o *Senhor* João Francisco Ginori, e que desses não tinha que esperar por se achar elle deuedor na Companhia com Alberto Barducci à Igreja de Nossa Senhora do Loreto desta Cidade, à qual Igreja se havião de pagar à Conta da ditta diuida agora declara, e especifica mais, que os dittos dous Contos de reis os cobrara elle Declarante de Thomas da Silua da Camara, que era deuedor delles ao ditto seu Jrmão o *Senhor* João Francisco Ginori, e que não teue lugar a disposição ou cessão que propter formam fez o ditto *Senhor* João Francisco Ginori seu Jrmão, a fauor de / [fól. 5] Simão da Bagnano de Florencia, porque não foi preciso Valer se elle Declarante da tal Disposição ou cessão, porquanto foi feita pello ditto *Senhor* seu Jrmão com medo de que el Rey que *Deus* guarde <sup>212</sup> lançasse mão de tal dinheiro e por esta razão fez a ditta Cessão ou trespasso à fauor do ditto da Bagnano, e que parece a elle Declarante que tem e se hà de achar entre os seus papeis Clareza bastante deste ponto

Item Declarou, que há muitos annos em Florencia fez elle *Senhor* Bartolameo Ginori Cessão de seu Patrimonio à fauor de seu Jrmão Senador O *Senhor* Lourenço Ginori já Deffunto, o qual ditto seu Jrmão se obrigou á dar lhe a titulo de alimentos todos os annos Duzentos Ducados daquella moeda Corrente de sette liuras cada Ducado, e confessa elle Declarante que esta pago, e satisfeito áthe o anno de mil setteCentos e Vinte dous proximo passado, e está por ser satisfeito deste anno de Mil setteCentos e Vinte Tres

Item Declarou que desde o tempo que veyo elle Declarante a Viuer na Casa onde presentemente está em Companhia de Henrique de Boch digo de Bock flamengo Casado com Donna Hieronima Espanhola, foi com condição de elle Declarante concorrer, e pagar á terceira parte dos gastos, assim do sustento, como dos allugueis das Casas, e mais gastos dellas, e tem satisfeito ao ditto Henrique de Bock e ajustado Contas athe todo o anno passado de Mil setteCentos e Vinte dous, e para os gastos deste anno presente tem dado ao ditto Henrique de Bock diuersas parçellas de dinheiro que

---

<sup>212</sup> Riscado: “não”.



constarão dos papeis delle Declarante, e se lhe ajustará á sua Conta na forma do ditto ajuste, e papeis, e do que disser o ditto Henrique de Bock, e declarou mais *que* estes taes gastos que tem declarado se não hão de reputar pellos que them mereçido na assistencia das dependencias à que veyo à esta Cidade de Lixboa, porquanto quis sempre nella Viuer com parsimonia para poder de algum modo poupar dinheiro para satisfação das suas Diuidas

Item declara, e quer que ao ditto Henrique de Bock lhe sejam pagos todos os gastos que tem feito àthe o presente nesta enfermidade delle Declarante / [fól. 5v.<sup>o</sup>]

Item declarou que o *Senhor* Abbade Luis Barnabó que foi Auditor geral desta Nunciatura de Portugal esta muito bem enteirado das Dependencias que há entre elle Declarante, e seus Jrmãos

Item Declarou que Diogo Francisco Loureiro hé o Solicitador das Causas das dittas dependencias, o qual informará o estado dellas, e se lhe deue dos seus salarios somente Çinco meses àthe o dia de hoje à razão de tres mil reis por mes, e mais todos os gastos *que* se lhe deuem que tiuer feito depois das vltimas Contas àthe este dia que elle mostrará, e se fia da sua Verdade

Item Declarou que o seu Procurador na Cidade de Beja chamado João Valente da Franca que o hê para o Pleito que corre com à *Santa* Inquisição de Euora tem em seu poder treze moedas de ouro de quatro mil e outoCentos reis cada huma, que elle Declarante lhe entregou por Varias Vezes para gastos, como consta dos papeis que elle Declarante tem em seu poder, das quais treze moedas de ouro o sobredito Procurador deue dar conta

Item declarou, que se Deos for seruido leuar para sy à elle Declarante desta Infermidade, que queira à Irmandade de Nossa Senhora do Loreto da nação Italiana de que elle presentemente hê Prouedor enterra llo pello amor de Deos, e feitas estas dittas Declarações todas disse elle Declarante que não lhe occurria mais cousa alguma que declarar, e que as ratificaua todas, e pedio a mim ditto Notario Apostolico Infracripto que lhe tomasse de nouo as dittas Declarações, e fizesse dellas este publico Instrumento em modo que faça fee em Juizo, e fora delle, estando presentes o ditto Bernardo Francisco Leitão Ferreira Parocho da Jgreja de Nossa Senhora do Loreto da nação Italiana que com o ditto *Senhor* Bartolameo Ginori Declarante ambos assignarão aqui Comigo sendo Testemunhas presentes o *Reuerendissimo* Padre Antonio de Alpoim da Congregação do Oratorio da cidade de Lixboa, e o *Reuerendo* Padre Ignaçio Ferreira da mesma Congregação, e eu sobredito Lourenço Maria Granara publico Nottario Apostolico Infracripto / [fól. 6] dos approuados na forma do Sagrado Concilio Tridentino, e do Ordinario nesta Corte e Cidade de Lixboa Occidental et Oriental que assignei de meu signal raso somente, para que à este publico Instrumento se lhe dê inteira fee, e Credito em Juizo, e fora delle e tambem assignarão comigo as dittas Testemunhas ácima nomeadas, e eu Lourenço Maria Granara Publico Nottario o fiz, escreveu, e subescreuj

[sinal]

a) Lourenço Maria Granara publico Nottario Apostolico

E Depois de feitas as dittas Declarações, tornou á declarar, e especificar que aonde declara, e diz que a Companhia que tiuerão seu Jrmão João Francisco Ginori e Alberto Barducci nesta Cidade de Lixboa era Deuedora de partida Considerauel a Jgreja de Nossa Senhora do Loreto da Nação Italiana da mesma Cidade. Declara agora que a Companhia Deuedora não era esta, mas era à Companhia de Alberto, e Francisco Maria Barducci, à qual pello Balanço que se deu aos seus liuros e Contas, o qual



Ballanço, está em poder delle Declarante, se achou ser Deuedor seu Jrmão João Francisco Ginori da quanthia de Dous Contos de reis com pouca Diferença, como o ditto João Francisco Ginori tem ratificado por reço de ajuste de Contas, com Barducci, e Judici, e assim à ditta quanthia de dous Contos de reis com pouca diferença que tem ditto ter cobrado e pertenceram em particular ao ditto João Francisco Ginori que são os mesmos de que fez trespasso a Simão da Bagnano se hão de descontar para a Igreja de Nossa Senhora do Loreto, e hão de ser pagos na Conta do que lhe ficou deueno á ditta companhia de Alberto, e Francisco Maria Barducci e não declarou mais, Ditto dia, mes, e anno / [fól. 6v.º] ácima e eu sobredito Nottario o fiz, escreuj, Assignei em raso com as mesmas testemunhas e o Declarante.

[sinal]

a) Lourenço Maria Granara publico Nottario Apostolico

a) Bartolomeu Ginori

a) O Reuerendo Francisco Leitão Ferreira Paroco, e Capellão mor do Loreto

a) Como testemunha Antonio de Alpoim

a) Como testemunha Jgnacio Ferreyra







CENTRO DE  
ESTUDOS  
HISTÓRICOS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA